

POLÍTICA

ALÉM-DA NOTÍCIA *Assimilada*

Lyra começa Constituinte

O ministro Fernando Lyra, da Justiça, deverá levar amanhã ao presidente em exercício José Sarney a planilha de trabalho da comissão especial sobre reforma constitucional, esforço que precederá a Constituinte de 87 na captação do estado de espírito da sociedade diante de um aparelho legal que estabelece garantias individuais apenas válidas no papel, dado o conjunto das desigualdades sociais.

Será a obra marcante do Governo Tancredo Neves, a resgatar a dignidade jurídica do País, que desde 69 vive sob a égide de uma emenda constitucional outorgada por uma junta militar. Trata-se de uma Constituição, no entender do ex-senador Paulo Brossard, outorgada por apenas três pessoas, os três ministros militares que assumiram o poder quando o então presidente Costa e Silva adoeceu e viu-se impedido de exercer as suas funções.

Por coincidência histórica, será agora, quando o Presidente eleito que detém a maior carga de legitimidade cívica e política da moderna história republicana vê-se impedido temporariamente de exercer suas funções, o presidente em exercício José Sarney poderá homenagear o líder ausente dando início ao mais entusiasmante projeto político-institucional, que é o de dar partida à Constituinte.

Uma comissão de 20 a 30 membros será selecionada pelo ministro Fernando Lyra para, em dois anos, percorrer todo o País, ouvindo todos os seus segmentos de opinião, para a elaboração de um pré-projeto de reforma constitucional ampla e irrestrita. Os limites da intervenção do Estado na vida cotidiana dos cidadãos, o cerceamento às liberdades individuais, a proteção das garantias e dos direitos individuais e a ampla gama de relações distorcidas entre o Estado e a Nação, serão os objetos de pesquisa e análise dessa comissão que só terá um desafio pela frente: superar o liberalismo das formulações, para erigir um corpo constitucional moderno e ajustado à necessidade de descentralização social, política e econômica do País.

Será secretário-geral da comissão o jornalista Mauro Santayana, o que já assegura um patamar de seriedade e dedicação estóica ao trabalho. Todos os que tomarão parte do projeto não estarão lá por salário ou glória, o trabalho será de preparativo da obra política final que a Constituinte de 87 consolidará. Nem só jurista integrará o conselho a ser criado, mas representantes de diversas categorias do pensamento nacional, para dar a colheita do espírito das leis um cunho universal e democrático.

O Ministro da Justiça, e todo o Governo, se esmerará na instituição de comissões delegadas para solucionar antigos problemas que identificam um estado autoocrático remanescente ainda nas posturas administrativas da Nova República. O Presidente em exercício, por exemplo, teve de iniciar seu Governo interino utilizando a força residual dos decretos-leis, que lhe são facultados pela Junta Militar, exatamente porque o regime cívil lateava e teve de se valer de instrumentos fortes para demonstrar sua força. No entanto, abandonando a utilização de decretos-leis, o Sr. José Sarney dá mostras de que as instituições se acomodaram rapidamente à nova ordem democrática, superando seus conflitos iniciais pela negociação política e pelo diálogo responsável. O Presidente, tendo feito instalar em sua mesa de trabalho um exemplar da Constituição, repele os agentes da ordem anterior, autoritária e sedutora pela centralização de poderes que permite.

A comissão para a reforma constitucional, integrada entre outros pelos juristas Afonso Arinos de Mello Franco e Paulo Brossard, apoiados na interessada e diligente secretaria do Sr. Mauro Santayana, poderá livrar o País daquela angústia nietzschiana a respeito da vida individual e coletiva: "A vida é uma seta estendida sobre um abismo. Um perigoso ultrapassar, temeroso seguir por ela, pavoroso olhar para trás, perigoso ser tomado de pânico, e deter-se abruptamente".

LEONARDO MOTA NETO